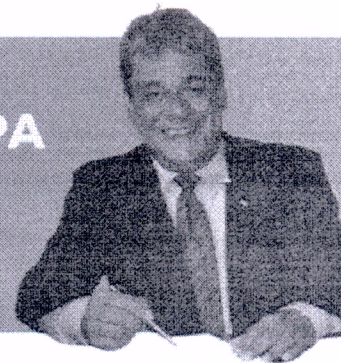


GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS



COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, CIDADANIA, JUSTIÇA E
ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CCCJAI

MATÉRIA: Projeto nº 04/2024

PROMOVENTE: Ver. Rafael de Castro

ASSUNTO: Institui a Política Municipal de fomento ao empreendedorismo negro no município de Sant'Ana do Livramento.

PARECER

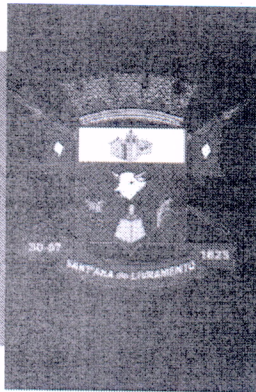
Trata-se de Projeto de Lei, que Institui a Política Municipal de fomento ao empreendedorismo negro no município de Sant'Ana do Livramento. A matéria vem com texto a ser analisado, bem como justificativa. Autuado e rubricado até as fls. 08, vem para parecer desta comissão.

É o sucinto relato.

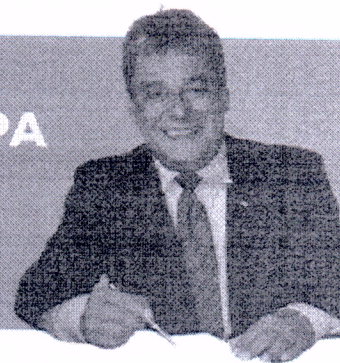
Mediante a apresentação da presente proposição destaca-se a nobre intenção parlamentar de instituir a Política Municipal de Fomento ao Empreendedorismo de Negros, com a finalidade de criar condições para aumentar a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos liderados por negros no mercado.

Cumpram evidenciar que a matéria nele tratada não se enquadra dentre aquelas que são de competência legislativa privativa da União ou próprias dos Estados, respectivamente, enumeradas e indicadas pelos artigos 22 e 25 da Constituição Federal.

Por outro lado, também não se vislumbra a inserção da matéria na competência legislativa concorrente prevista nas disposições do artigo 24 da mesma Carta, cabendo, assim, considerá-la inserida na competência remanescente dos municípios, consoante previsto no artigo 30, I, da Constituição Federal.



GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS



No que se refere à juridicidade e legalidade, cumpre relatar que a proposição se amolda e está em conformidade com o Direito, especialmente por que se adequa às normas legais e regimentais vigentes, se integrando de forma compatível com a Lei Federal nº 12.288, de 20.08.2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; bem como colima para a concretização das disposições, dentre outras, contidas nos artigos 1º, incisos III e IV; 3º, incisos III e IV; 5º, caput; e 23, inciso X, da Constituição Federal..

Por fim, no que tange à técnica legislativa, evidencia-se, de forma patente, que a matéria está de acordo com a legislação vigente, em especial, com as disposições da Lei Complementar Federal nº 95/98, cabendo, inclusive, a adoção do estudo específico constante dos autos.

De igual sorte, este tipo de legislação já está sendo aplicada no Estado do Espírito Santo, conforme a Lei 11.717/2022.

Desta forma, pela relevância do Projeto de Lei, quanto a sua **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e REGIMENTALIDADE**, encerra seu parecer e recomenda por sua APROVAÇÃO, pelos demais pares desta comissão e posterior TRAMITAÇÃO, na forma regimental.

Sant'Ana do Livramento-RS, 04 de março de 2024.

Gilbert Gisler
Vereador Gilbert Gisler - Xepa
Relator CCCJAI

Gilbert Gisler
Vereador
Poder Legislativo Municipal